



Globalização, reestruturação produtiva e controle do trabalho no Polo Oleiro-Cerâmico de Iranduba - AM

Globalization, productive restructuring and control labor in the Pottery Pole of Iranduba-AM

Cleiton Ferreira Maciel – Universidade Federal do Amazonas. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: cleiton.keto@hotmail.com

Maria Izabel Valle – Universidade Federal do Amazonas. Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: izabelvalle@ufam.edu.br

Jeanne Mariel Mourag – Universidade Federal de Campina Grande. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Sociologia Rural. E-mail: mari_brito@hotmail.com

Resumo

O presente artigo analisa o processo de reestruturação produtiva e sua relação com o controle do trabalho no Polo Oleiro-Cerâmico de Iranduba, município que se insere no mapa econômico do estado do Amazonas como o maior produtor de telhas e tijolos desta parte da Amazônia brasileira. Nos últimos anos, mudanças significativas foram operadas no interior do processo produtivo e também nas formas de organização do trabalho desse segmento econômico, as quais apresentam características do novo paradigma da produção, qual seja, a produção flexível. A introdução de técnicas organizacionais, como Círculos de Controle de Qualidade, Programa 5S, e a busca pelas certificações internacionais como ISO 9000 e 14000 são ilustrativas das novas estratégias empresariais que vêm sendo utilizadas nas olarias de Iranduba. Compreender e interpretar as características do processo de reconfiguração produtiva, tendo em vista o controle do trabalho em um setor que, até pouco tempo, era caracterizado pela baixa tecnologia empregada na fabricação dos seus produtos, e que usava a madeira nativa como matéria-prima na queima dos tijolos e telhas, são os propósitos do presente artigo.

Abstract

The current article examines the productive restructuring process and its relation to labor organization in three companies in the Pottery Pole of Iranduba, town which holds the largest production of bricks and tiles in the State of Amazonas and also in this part of the Brazilian Amazon. In recent years, major changes have been taking place within the productive process and also in the types of labor organization in that economic sector, which contain new production paradigm features, based upon principles of flexibility and productivity. The introduction of organization techniques, such as Quality Control Circle, 5S Program, and the pursuit of international certifications such as ISO 9000 and 14000 point out new corporate strategies that are being used in Iranduba's pottery. To understand and to explain the features of productive rearrangement in a sector that, until just recently, was characterized by low technology used in the manufacture of their products, used native wood as raw material in the burning of tiles and bricks, are the purposes of this work.

Palavras-chave

Globalização. Reestruturação produtiva. Controle do trabalho. Iranduba. Olarias.

Keywords

Globalization. Productive restructuring. Labor control. Iranduba. Potteries.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Amazônia tem sido palco de intensas transformações no setor produtivo vinculadas a uma nova divisão internacional do trabalho. No bojo dessas mudanças, desencadeadas, sobretudo, por um arranjo reestruturativo da economia capitalista, observa-se uma onda de introdução de práticas globais de organização do trabalho, que são dadas como “receitas” aos países que buscam adentrar os portões da globalização.

As ciências humanas e, em especial, a Sociologia têm voltado o olhar para essa *nova economia global*, percebendo, destarte, que começa a se desenhar no horizonte um cenário produtivo transnacional, cuja principal característica é ignorar os espaços territoriais tradicionais, imprimindo nestes uma lógica de produção vinculada à ordem mundial de acumulação do capital. Trabalhos como o de Silva, (1997), Valle (2007), Castro (2009), Oliveira (2007) e Seráfico (2011) vêm acompanhando e problematizando essas questões no âmbito local, contudo, vinculando seu *modus operandi* ao macroespaço da produção capitalista, qual seja, a “multidimensionalidade” da globalização e sua trama de relações sociais que estruturam a configuração global do capitalismo (SERÁFICO, 2011).

Neste novo desenho da produção capitalista são configuradas práticas produtivas que não estão mais circunscritas ao espaço local; pelo contrário, emergem elementos e estratégias de organização do mundo do trabalho, que, por seu turno, fazem parte dos arranjos da atual desenvolvimento do capitalismo: a mundialização do capital.

Tendo em vista essa perspectiva de como está configurado o capitalismo em âmbito global, qual uma *teia produtiva mundial* da nova divisão internacional do trabalho, este artigo discutirá o modo como essa *teia* desenvolve-se em um microespaço: o polo oleiro-cerâmico de Iranduba. Neste sentido, apontaremos, primeiramente, o papel que a produção de tijolos e telhas desempenha dentro do cenário econômico brasileiro e, em particular, no estado do Amazonas. Em seguida, faremos uma discussão teórica sobre a *moderna* organização do capitalismo, tendo em vista a compreensão da relação entre processos de *desterritorialização-territorialização*, espaço *global-local*. Essa discussão nos ajudará a problematizar aquilo que trataremos na etapa final desse artigo, qual seja, o controle do trabalho nas olarias de Iranduba e sua relação com o processo mundial de reestruturação produtiva do capitalismo.

1 A PRODUÇÃO DE TIJOLOS E TELHAS NO CENÁRIO NACIONAL E REGIONAL

A produção de cerâmica vermelha (tijolos e telhas) é uma atividade importante para a economia do Brasil, respondendo por cerca de 4% do PIB nacional, dentro de um mercado que fechou o ano de 2010 com crescimento de 12%. Trata-se de uma atividade produtiva com diversas cerâmicas espalhadas pelo Brasil, e que produz anualmente 2,5 bilhões de peças. Contudo, diante da existência de um mercado consumidor que por razões históricas é o maior do Brasil, a concentração nacional das indústrias ceramistas está localizada na região sudeste (ANICER, 2010).

Em face dessa configuração da indústria ceramista nacional, a Região Norte emerge como um importante ator desse cenário de fabricação de tijolos e telhas, tendo uma participação considerável na produção mensal, a qual está estimada em 114 milhões de peças, e que gera, segundo dados do SEBRAE, cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos (SEBRAE, 2010).

No que diz respeito ao estado do Amazonas, a produção de cerâmica vermelha está concentrada nos municípios de Manacapuru e Iranduba. Entretanto, este último, tradicionalmente apresenta-se como o principal polo oleiro-cerâmico do estado, com um total de 25 olarias instaladas e associadas a ACERAM¹. Segundo Trindade (1999), esta concentração deve-se à relação de proximidade que o município tem com a capital amazonense² (Figuras 1 e 2). Acresce-se a isso, segundo o autor, a grande disponibilidade de argila de alta qualidade, que é a principal matéria-prima desse ramo de atividade econômica. Outro fator que contribuiu para que Iranduba se tornasse o maior produtor de cerâmica vermelha do Amazonas foi o não pagamento de ICMS³, quando do ingresso do produto na cidade de Manaus, principal mercado consumidor da produção oleira amazonense.

A primeira fábrica de tijolos do município de Iranduba data de 1946, época em que a cidade ainda era distrito de Manaus, tendo sido pioneira a Cerâmica Marajó, que ainda hoje opera na fabricação desse tipo de produto. Em 10 de dezembro de 1981, a Vila de Iranduba tornou-se um município autônomo, sendo elevada à categoria de cidade de mesmo nome.

¹ Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas.

² A cidade de Iranduba fica a 20 km de distância de Manaus, fazendo parte da sua Região Metropolitana.

³ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.



Figura 1: Vila do Cacau Pirêra (embaixo), distrito da cidade de Iranduba. O transporte de tijolos e telhas era feito até Manaus (em cima) pelo porto dessa vila, antes da construção da ponte Rio Negro. Foto dos autores, 2011.



Figura 2: Portal da cidade de Iranduba, onde é possível ver o símbolo da cidade: uma chaminé oleira. Foto da internet, s/d.

Em um primeiro momento, o município teve sua base econômica centrada no setor primário, como o cultivo de hortaliças, criação de bovinos de corte e de leite e cultivo de frutos (ABREU, 2004). Contudo, com a expansão imobiliária ocorrida em meados dos anos 1980, por conta do estímulo dado à construção civil através do Sistema Financeiro de Habitação, ocorreu uma explosão na demanda por produtos da indústria oleira-cerâmica, fazendo com que os empresários de Manaus passassem a vislumbrar uma oportunidade de obter lucros no emergente mercado imobiliário, e iniciassem um processo de investimento na aquisição de

terrenos e máquinas para a instalação de novas indústrias ceramistas no município de Iranduba (CHAVES, 2001).

Hoje, o município de Iranduba é responsável por cerca de 75% de toda a produção de cerâmica vermelha do estado do Amazonas, o que representa, em termos quantitativos, 35 toneladas de tijolos por mês (SEBRAE, 2010). Além disso, o Polo Oleiro-Cerâmico de Iranduba movimentava, em média, 80% da construção civil amazonense, gerando cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos no município, e abrangendo um total de 6.000 trabalhadores, entre prestadores de serviços e fornecedores (ACERAM, 2009).

2 AS OLARIAS DE IRANDUBA: CRISE E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Contudo, o setor oleiro de Iranduba vinha enfrentando problemas na sua estrutura produtiva, desde o início da década de 1990, o que impedia uma maior produtividade das empresas ali instaladas. Segundo Trindade (1999), essas empresas oleiras tinham uma excessiva concentração da oferta em um único produto⁴, fato este que acirrava a concorrência e afetava a lucratividade do setor. Aliado a isto, existia a dificuldade de transporte de matéria-prima (argila) e lenha, através das estradas vicinais não asfaltadas. Esses fatores engendraram o aumento do custo do transporte da argila, a impossibilidade de abastecimento de algumas olarias durante o período de chuvas (janeiro a maio) e a elevação no prazo de produção e entrega dos produtos.

Outro problema que o autor ressalta eram as multas aplicadas por órgãos governamentais, como o Ibama e Ipaam, por conta da legislação ambiental. A maioria das empresas comprava lenha dos pequenos produtores rurais, os quais não tinham permissão desses agentes para desmatar e transportar esse produto. As consequências dessas ações, segundo Trindade (1999), eram as paralisações por falta de lenha, a elevação dos custos de produção e o consequente aumento no preço do milheiro de tijolo⁵.

Foi diante desse contexto de crise no setor oleiro-cerâmico de Iranduba que veio à tona nas olarias um conjunto de incrementações de novas tecnologias. Segundo a pesquisa realizada há seis anos (MACIEL; VALLE, 2010) emergiu no pololeiro-cerâmico daquele município um processo de reestruturação produtiva, baseado na implantação de inovações tecnológicas, como a introdução de

⁴ Tijolos de oito furos.

⁵ Mil tijolos são vendidos, em média, por R\$ 350,00 em Iranduba.

modelos gerenciais de origem japonesa, parcerias com outros setores industriais (Polo Industrial de Manaus), além de mecanização e sistematização do processo de fabricação dos tijolos.

Como que iniciando esse processo de reestruturação, no ano de 2005 o SEBRAE selecionou três empresas oleiras para que fossem pioneiras na introdução de inovações de produto, inovações de processo e inovações gerenciais. No planejamento delineado pelo SEBRAE, esse conjunto de elementos industriais seria implementado em outras olarias à medida que fosse se estabelecendo uma *nova cultura organizacional* no ramo oleiro-cerâmico de Iranduba (MACIEL; VALLE, 2010). Tratava-se, portanto, de um momento de transição, em que a inovação tecnológica adquiria contornos-chave no remodelamento da organização produtiva de tijolos das olarias.

Isto posto, procedemos a seguir a uma abordagem de como se dá essa transição em um âmbito global, na perspectiva de se compreender as próprias metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho do espaço local, tendo em vista o controle produtivo dentro da relação capital-trabalho.

3 CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO: NOVA FASE DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

O capitalismo, desde os seus primórdios, constituiu-se enquanto um modo de produção eminentemente revolucionário. Na verdade, essa capacidade de metamorfosear-se é uma das características marcantes da dinâmica capitalista, que transforma as *relações de produção*, os *instrumentos de produção*, e, com elas, todas as relações da sociedade. Era isso que Marx (1998) já apontava em meados do século XIX, constatando que a revolução de certas engrenagens do sistema capitalista são *ontológicas* ao seu processo de funcionamento (MARX, 1998, p. 14).

Pensar nestes termos propostos por Marx nos ajuda a refletir sobre a configuração recente do capitalismo. Isso significa, sobretudo, levar em consideração que o sistema capitalista de produção não está preso ao *espaço geográfico*, nem amarrado à determinação da força do Estado-Nação. Pelo contrário, o capitalismo tem, por um lado, reconfigurado a própria ideia que se tem de *espaço* e, por outro, modificado o papel que o Estado assumiu como tarefa essencial, qual seja, a de conduzir os ditames da *sociedade nacional*.

O que se coloca, portanto, é um momento *diferenciado* na história do capitalismo, no qual seu desenvolvimento não mais se restringe a certas regiões do mundo, mas implica em uma reprodução ampliada do *capital* em escala cada vez maior, seja ela *nacional*, *continental* ou *global* (IANNI, 1992). Neste sentido,

o capitalismo precisa se desenvolver de forma desimpedida, subordinando forças locais, remodelando seus interesses e incorporando as críticas que a ele são formuladas. Essa é a lógica: voltar-se para regiões onde existem condições à acumulação de capital⁶ que propiciem a não interrupção de altas taxas de lucros provindas da extração da *mais-valia*, transformando a força de trabalho em uma mercadoria (MARX, 1985).

Michalet (2003) nos fornece uma compreensão instigante quando analisa o processo de globalização, formulando *tipos ideais* como modelo de referência analítica para se apreender as distintas fases da globalização. O autor propõe uma nova abordagem, que leve em conta não apenas o aspecto do comércio entre os países, mas que se pense na articulação de forças locais e globais que se entrecruzam nas distintas configurações com as quais o capitalismo vem se apresentando na organização das relações de produção.

Para o referido autor, a primeira configuração do capitalismo refere-se ao domínio *internacional*, onde se tem como agente dominante o Estado, controlando a circulação de bens e serviços entre os países. Nessa dimensão do capitalismo, emerge a *especialização internacional*, sem *desterritorialização* da produção.

A segunda configuração refere-se àquilo que Michalet (2003) denomina de *configuração multinacional*, onde o elemento mais importante é o investimento direto das empresas no exterior, ou seja, uma certa redimensão da produção, para além do local de origem das mesmas. A lógica da competitividade ganha sentido estratégico nesse momento da globalização. O interessante é que, nesse cenário, o Estado subsiste, mas perde a sua preponderância na condução dos destinos dos países, cedendo lugar às grandes corporações no controle sobre as trocas de bens.

A terceira configuração apontada por Michalet (2003) diz respeito à *configuração global*. Nesta etapa da globalização é preponderante a troca de *fluxos* financeiros, tendo como pressuposto fundamental a rentabilidade financeira nos mercados globalizados. A tecnologia da informação torna-se um aspecto fulcral, uma vez que imprimem uma velocidade maior a movimentação de capitais. A ideia de Estado-Nação, por sua vez, é redefinida, emergindo, assim, as instituições financeiras privadas como os grandes protagonistas desse processo reconfigurativo do capitalismo em escala global (SERÁFICO, 2011, p. 59).

Esses novos atores protagonizam as tomadas de decisões em escala planetária, em consonância com as diretrizes dos países dominantes. Nesse

⁶ Para Seráfico (2011), essas condições referem-se às *condições não econômicas* para acumulação do capital, quais sejam: adequação das políticas do Estado-Nação aos interesses das corporações transnacionais, desarticulação política entre os trabalhadores, tendo em vista a não formação de sindicatos mobilizados, e a difusão do neoliberalismo como ideologia que confere sentido ao processo de desenvolvimento da economia mundial.

sentido, organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Mundial fazem parte de um entrelaçamento político-econômico global, que está diretamente ligado aos interesses das grandes empresas mundiais. São forças que atravessam o Estado-Nação, redefinindo o seu papel, na medida em que alteram a ordem da discussão das agendas dos “governos nacionais”. Em outras palavras, o Estado cai da sua posição de condutor do “desenvolvimento” e já não possuirá a mesma capacidade, no sentido de controlar e organizar um conjunto de variáveis que atingem duramente a sua população (ORTIZ, 2006, p. 95).

Pode-se dizer, assim, que todo esse processo é fruto da própria necessidade de expansão do capitalismo, tendo em vista a busca por novos mercados e condições mais favoráveis para a produção de bens e serviços. Nessa configuração são formadas articulações político-econômicas em âmbito local, mas que, agora, dialogam diretamente com forças do *espaço global*. O *local* é redefinido. O *global* é redesenhado. Emergem relações, processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais, acentuando e generalizando a globalização (IANNI, 2004).

Dentro desse cenário de um capitalismo global, o capital busca invadir todas as regiões do mundo, dando um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Imprime-se, dessa forma, certa racionalidade universal que engloba culturas, práticas milenares e processos produtivos tradicionais. “Nada escapa” à necessidade de expansão e acumulação do capital.

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO MUNDO DO TRABALHO

No âmbito do mundo do trabalho, as transformações que emergem dentro dessa nova lógica da produção global são caracterizadas pela Sociologia do Trabalho como a *reestruturação produtiva* do capital, que imprimem determinadas práticas de gestão e controle sobre a o processo de trabalho, na tentativa de aumentar a produtividade e reduzir os custos da produção (LIMA, 2007). Trata-se, assim, de alterar um quadro crise global que o capitalismo vinha sofrendo desde o final da década de 1960, e que foi desencadeado por alguns fatores elencados por Antunes (2009, p. 31-32) da seguinte forma:

- Perda de lucratividade, ocasionado pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-1945;
- Crise do *Welfare State* ou o “Estado de bem-estar social”, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos;

– Esgotamento do padrão de acumulação do sistema taylorista/fordista, uma vez que esse modelo não foi capaz que responder à retração do consumo que se acentuava;

– Revolta dos operários, questionando os pilares constitutivos⁷ do regime de produção fordista.

A resposta do capital a essa crise no centro do sistema se deu, sobretudo, na recomposição do sistema produtivo global, através da difusão de novas tecnologias produtivas e organizacionais em várias partes do globo, protagonizadas pelas grandes corporações transnacionais. Segundo Valle (2007), esse processo envolveu a reconfiguração das formas de produção e de organização do trabalho e, portanto, a configuração de um novo modelo de organização industrial, onde se propõe uma “nova fábrica”, um “novo trabalhador”, em uma palavra, a *fábrica* e o *trabalhador flexíveis* (VALLE, 2007, p. 17).

A evolução rumo a esses “novos” referenciais produtivos diz respeito, sobretudo, à transição do modelo de produção em massa para a produção flexível, ou do fordismo ao pós-fordismo. Diante disso, a reestruturação produtiva baseada na adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, terceirização, flexibilização das relações trabalhistas, constituíram-se elementos estratégicos no processo de transição de uma base industrial rígida para um sistema de produção onde a flexibilidade torna-se a norteadora da *nova economia global* (CASTELLS, 1996). O processo de reestruturação produtiva mais visível nesse contexto mundial ocorreu no Japão, configurando uma conjuntura econômica que Harvey (1993) caracterizará como o *novo capitalismo*, em face da nova forma de acumulação que estava surgindo no cenário global.

Dito de outra forma, o processo de reestruturação produtiva responde aos ditames da nova fase de desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, transformações na organização do trabalho, como a participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, valorização do conhecimento no “chão da fábrica”, produção puxada⁸, fazem parte de uma reconfiguração ligada à própria mundialização do capital (ALVES, 1998). Contudo, dada a heterogeneidade dos mundos da produção e do trabalho, e das especificidades dos “espaços locais”, essas transformações ocorrem em velocidades distintas, variando conforme os

⁷ Compromissos do regime fordista de produção em manter um grau satisfatório bem-estar social, no que diz respeito à saúde, educação, condições de trabalho e moradia.

⁸ Como uma dimensão do *Sistema Toyota de Produção*, a produção *puxada* consiste na eliminação daquilo que se denomina *estoque intermediário*, ou seja, cada etapa da produção de um produto é ligada à demanda exigida na etapa ulterior, sendo que, teoricamente, quem “puxa” toda a produção é o cliente final.

setores da economia e suas respectivas articulações entre os atores envolvidos no processo de mudança (LIMA, 2007).

Pode-se dizer, nesse sentido, que “o movimento insaciável do capital” ocorre em níveis diferenciados no mundo globalizado. Em face disso, a reestruturação produtiva precisa ser entendida levando-se em conta essa perspectiva, qual seja, um macro e um microespaço de análise, tendo em vista a observação dos arranjos produtivos que se desenrolam entre uma ordem capitalista global da produção, e as especificidades da configuração local, denominada por Oliveira (2007) como a “periferia” do capital.

Contudo, é preciso ter em mente que esses dois aspectos, embora pareçam antagônicos, na verdade, se complementam na ordem da globalização. Processos produtivos globais dialogam com processos tradicionais de produção, remodelando aquilo que parecia estar isolado do mundo. A *reterritorialização* do capital ocorre, assim, na medida em que ele busca integrar-se às práticas regionais, acomodando-se em uma simbiose conveniente e tensa, dinâmica e contraditória (IANNI, 1992).

A reestruturação produtiva caracteriza-se, portanto, pela radicalização da própria *racionalização capitalista*, que tem como afinidade eletiva, segundo Weber, a ética protestante do século XVI. Weber (2004) observa que o processo de racionalização das empresas capitalistas modernas ocorre a partir de um controle contábil dos custos, das formas racionais de organização do trabalho – Taylor e a administração científica do trabalho – e da mecanização. Nesse sentido, as transformações engendradas no seio das empresas capitalistas modernas envolvem uma *ação social* que visa excluir os indivíduos do controle sobre os meios de produção, impondo uma estrutura de organização burocrática que, por seu turno, procuram manter certa ordem de “regras calculáveis” dentro do processo de fabricação (WEBER, 1982).

Essas transformações advindas com a reestruturação produtiva do capital levaram alguns sociólogos a questionarem a relevância da categoria trabalho como chave para se entender a sociedade contemporânea. Claus Offe (1989) considerava que o trabalho estaria deixando de situar-se como o fator sociológico principal que dá sentido ao ser social. Segundo ele, as esferas da produção na atual fase do capitalismo estariam diminuindo a capacidade do trabalho em estruturar e organizar a vida social, uma vez que abrem espaços para novos agentes e campos de ação, como a “sociedade de serviços”, por exemplo.

Indo nessa mesma direção, André Gorz (1982) acreditava que estávamos entrando na era da abolição do trabalho. Essa seria a chave para se compreender e explicar a própria crise dos sindicatos e do marxismo, uma vez que a *revolução*

microeletrônica, segundo Gorz, levaria à eliminação do trabalho que envolve contato direto com a matéria, e, por conseguinte, de trabalhadores com outros trabalhadores, anulando, destarte, a ação da própria classe operária.

Essas teorias modernas sobre o presente e o futuro do trabalho são, na verdade, um contraponto às teses desenvolvidas por Marx (1985). Baseado no método do *materialismo histórico*, Marx considerava que a história dos seres sociais, ao longo do processo de desenvolvimento, objetiva-se por meio da produção e reprodução da existência humana, desenvolvendo, assim, um processo de realização cotidiana do trabalho. O trabalho, portanto, tem em Marx uma importância fundamental, tendo em vista que, para ele, é através desse “ato laborativo” que o ser humano busca realizar-se, fundamentar a sua existência (CATTANI, 1995).

Neste sentido, pode-se dizer que, para Marx, é por meio do trabalho que se dá o desenvolvimento da sociabilidade humana, no qual “o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p. 149). Contudo, na ordem capitalista de produção, o trabalho se converte em meio de subsistência; e a força de trabalho, em mercadoria, em uma palavra, em *valor de troca*. Segundo Marx, o resultado do processo de trabalho, nesse contexto de valorização do capital, é que o produto feito pelo trabalhador torna-se estranho a ele, configurando um ato que o autor denominará de *alienação* ou *estranhamento*. Isso significa, sobretudo, que o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega (MARX, 1985).

É nessa perspectiva teórica que pensamos a categoria *trabalho*. Acreditamos que, embora venha sofrendo transformações profundas nos últimos anos, o trabalho não perdeu a sua centralidade como pressuposto explicativo chave para se compreender a dinâmica da nova etapa do capitalismo mundial. O que parece acontecer é uma maior inter-relação e interpenetração entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades laborativas e as de concepção, que se expandem nas diversas escalas e dimensões da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2009, p.219).

3.2 CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO AMAZONAS

No que concerne à reestruturação produtiva no âmbito da escala regional, ela ocorrerá via Zona Franca de Manaus, sobre a qual o capital estrangeiro imprimirá diretrizes político-econômicas para levar a região a um novo patamar econômico no cenário do desenvolvimento nacional. O discurso da época de criação da Zona Franca de Manaus (1967) caracterizava-se pela ideia de que ela se

constituiria enquanto um empreendimento “indispensável ao desenvolvimento da Amazônia” (VALLE, 2007, p. 117). À floresta tropical seria dada a oportunidade de ser “domesticada”, de ter um rosto voltado para o mundo, em suma, de ter seu desenvolvimento fomentado pela lógica global. Seria o triunfo do homem sobre a natureza, revelando, dessa forma, a verdadeira “vocalização” amazônica: a produção de bens manufaturados.

Para Seráfico (2011), a criação de Zonas Francas em um nível mundial tinha o propósito de fomentar condições favoráveis à transnacionalização da economia, “processo por meio do qual os Estados nacionais criam, eles mesmos, mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território, que respondem a uma dinâmica transnacional, específica das ‘cadeias produtivas globais’” (SERÁFICO, 2011, p.98). Vincula-se, portanto, a uma incorporação de interesses político-econômicos globais que estarão regulando, em certa medida, os domínios específicos da vida nacional.

Em um plano local, a implantação da Zona Franca de Manaus estava ligada a um discurso de recuperação da economia amazonense, estagnada desde a década de 1930, em face do declínio na produção e na exportação da *Hevea brasiliensis*. Era necessário, portanto, dinamizar as forças produtivas da região, integrando-as à economia nacional. Com esse fim, seria concedido um conjunto de incentivos fiscais⁹ e extra-fiscais¹⁰ gerido pela SUFRAMA¹¹, tendo em vista a atração de investimentos estrangeiros que permitissem à iniciativa privada tomar “as rédeas” do desenvolvimento amazônico.

Dito de outra forma, a criação da Zona Franca de Manaus não se configurou enquanto produto de um acidente histórico. Foi, na verdade, pensada e estruturada em face da convergência de interesses dos países dominantes, na busca por regiões que propiciassem a “desterritorialização” da produção, mas que fizessem parte da “reterritorialização” da mesma, achando, nesse sentido, sua “cara-metade”.

Pode-se dizer, portanto, que a criação da Zona Franca de Manaus é um “fruto genuíno” do processo de globalização do capitalismo, onde, à luz de um quadro mundial, estabelecem-se conexões entre povos e lugares com as relações econômicas globais. Como aponta Silva (1997), “[...] a concepção e a decisão de

⁹ Isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Importação, entre outros.

¹⁰ Área urbanizada, servida por telecomunicações, transporte, água e energia. Um quadro mais detalhado sobre os incentivos concedidos pelo governo federal pode ser visto em Seráfico (2011, p. 108).

¹¹ Superintendência da Zona Franca de Manaus. Órgão de gerenciamento da ZFM, criado pelo governo federal no momento de instalação da própria ZFM.

implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias” (SILVA, 1997, p. 39).

A Zona Franca representa, nesse sentido, a *transnacionalização da Amazônia*, onde a expansão do capitalismo entrelaça-se com a elite local, formando uma espécie de *simbiose* reprodutora da dominação de classes. A Zona Franca não altera, assim, a hierarquia social presente e latente no contexto da cidade de Manaus. Ela reproduz em um nível local a própria dominação de classes inerente ao processo capitalista de produção (SILVA, 1997; MARX, 1998).

O surgimento das olarias em Iranduba vai estar vinculado à criação da Zona Franca de Manaus, uma vez que a grande quantidade de mão de obra atraída para trabalhar nas fábricas instaladas no Distrito Industrial impulsionou o mercado imobiliário, criando uma demanda por prédios residenciais¹² (MACIEL; VALLE, 2010). Diante disso, iniciou-se uma corrida em busca de terrenos para a construção de um polo produtor de tijolos que respondesse à recente demanda da cidade de Manaus.

O Polo Oleiro-Cerâmico de Iranduba constitui-se, nesse sentido, como um “espaço local”, um microespaço que, por sua vez, necessita ser compreendido à luz de uma tensão e uma simbiose com o macroespaço, qual seja, o processo civilizador do capitalismo em escala global, que tem na Zona Franca de Manaus, seu “enraizamento” em escala regional. Dito de outra forma, o capitalismo mundial estabelece determinados “constrangimentos” sobre realidades distintas, imprimindo, destarte, eixos de movimentação de forças locais, combinadas às forças globais. Podemos pensar, assim, que a reestruturação produtiva responde a esta última questão, ou seja, às forças de uma produção global. As olarias inscrevem-se na ordem da forças locais, sobre as quais o capitalismo tenta se movimentar.

Portanto, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se buscando romper as especificidades do *local*, tendo em vista a estruturação de uma nova totalidade histórico-social que possa reproduzir os ditames das forças globais dominantes (ALVES, 1998). Contudo, essas forças são dinamizadas de formas distintas, em distintos lugares dessa *inforvia* mundial. Trata-se, portanto, de um movimento dialético entre *capital* e *arranjos* sociais específicos, nos quais se desenrolam certas práticas político-econômicas. Em outras palavras, uma contradição latente e ao mesmo tempo obscura, que instiga à pesquisa sociológica.

¹² As casas foram financiadas pelo governo federal através do Sistema Financeiro de Habitação, que possibilitava um financiamento a longo prazo para os trabalhadores.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO POLO OLEIRO-CERÂMICO RACIONALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO

No âmbito das olarias de Iranduba, o processo de acumulação do capital via reestruturação produtiva tem, no controle do trabalho, uma de suas características fundamentais. As empresas iniciaram um processo de *racionalização* do trabalho estabelecendo metas de produtividade, busca por qualidade e controle do processo produtivo. Uma dessas formas de racionalização do trabalho diz respeito à adoção de inovações organizacionais de origem japonesa, que, como já abordamos anteriormente, são chamadas de CCQ. A estratégia desses programas consiste em identificar os problemas na fonte, antes que eles comprometam o desempenho de um setor da empresa ou da empresa como um todo.

Na pesquisa realizada em uma das empresas do Polo, observamos que a gerência da mesma apresentou o projeto de melhoria contínua para os trabalhadores do setor de administração da olaria e, depois, para todos os “colaboradores”, tentando, nesse sentido, detectar os principais problemas que afetavam o desempenho industrial da mesma. Assim, buscou-se conscientizar os trabalhadores sobre a importância do *trabalho em equipe* no processo de desenvolvimento das inovações, além de disponibilizar o projeto impresso para cada um deles, na perspectiva de despertá-los para a busca da melhoria sistemática, enquanto um objetivo a ser alcançado.

Os trabalhadores, em conjunto com a liderança, reuniam-se de 15 em 15 dias. Era nessas reuniões efetuadas dentro do período de trabalho dos funcionários, que os líderes e colaboradores avaliavam a execução de cada etapa do projeto e traçavam as novas metas a serem alcançadas pela empresa, mapeando todas as etapas do processo de fabricação.

Nosso interesse em mostrar parte dessa pesquisa consiste em trazer a lume a perspectiva de que a reestruturação produtiva em curso nas olarias de Iranduba está vinculada a aspectos das diretrizes globais da produção que, por seu turno, visam ter, sistematicamente, o controle sobre o trabalho. A mudança na forma de organização da produção implica, assim, no reordenamento industrial, a fim de estabelecer parâmetros de racionalização produtiva.

A primeira dessas alterações diz respeito à própria contratação dos trabalhadores que preenchem o quadro de funcionários das olarias. A partir da adoção das inovações organizacionais e da emergência da ideia de que o trabalho em equipe é o cerne do ganho de produtividade, as cerâmicas passaram

a estabelecer uma *política de contratação* baseada no critério do grau de escolaridade. Se o processo de trabalho tradicionalmente executado nas olarias não exigia domínio de tecnologias ou o uso de ferramentas tecnicamente avançadas, no momento em que se implementaram a introdução de inovações, a empresa buscou uma mão de obra operacional de escolaridade e formação mais elevada (MACIEL; VALLE, 2010).

Esse processo de contratação tem em vista uma espécie de *domesticação* do trabalho, uma vez que na filosofia empresarial da cerâmica pesquisada, os trabalhadores que possuem *capital cultural* superior estão aptos a se envolverem com maior afincamento às tarefas determinadas pelo Círculo de Controle de Qualidade. Nesse contexto, portanto, a escolaridade assume um papel interessante na análise do setor oleiro, na medida em que é ela quem estrutura a base de contratação das empresas nessa *transição industrial* que emerge em Iranduba. Mão de obra qualificada torna-se um elemento-chave para se pensar na superação da crise de produção que as olarias vinham enfrentando desde a década de 1990, sendo que a construção de escolas de treinamento dentro da própria planta industrial configurar-se-á uma estratégia decisiva na gestão da produção.

Além disso, a empresa busca uma mão de obra qualificada, em face da tentativa de se atingir a estabilização de uma força de trabalho, diante de um processo anterior de contratação com altos índices de absenteísmo. Posicionando-se estrategicamente diante desse fato, a empresa estabeleceu que se o trabalhador não faltar nenhum dia da semana, ele receberá uma bonificação em dinheiro no final de semana. Assim, elas criam parâmetros para se alcançar maiores índices de produção, buscando aquilo que Valle (2007) designará de *flexibilidade funcional*, quer dizer, a ação contínua sobre o trabalhador, envolvendo a cultura do “comprometimento” com a empresa, sendo o absenteísmo considerado um mal a ser erradicado.

A segunda perspectiva de controle do trabalho é concernente à introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na empresa. Fazer reuniões dentro do período de trabalho fez parte de uma estratégia para mostrar que as inovações organizacionais passaram a ter centralidade na empresa. Assim sendo, a introdução dos CCQs buscou aprofundar a extração do trabalho, capturando a força de trabalho não somente no plano técnico, mas na própria subjetividade do trabalhador. Pretende-se, dessa forma, “envolver” o operário com a política organizacional da empresa, seja oferecendo cursos sobre a importância da *qualidade*, seja introduzindo a bonificação como um modo de mostrar para o trabalhador que ele é “peça fundamental” (Figuras 3 e 4).



Figura 3. Reunião do Círculo de Controle de Qualidade. Foto dos autores, 2010.



Figura 4. Os “colaboradores” recebendo treinamento da gerência da olaria. Foto dos autores, 2010.

Nessa perspectiva, o discurso da cerâmica passa a estar voltado para a ideia de que os ganhos da empresa giram em torno do trabalho feito em equipe, no qual todos precisam de todos, formando um *corpo produtivo* bem ajustado. Destarte, aflora-se a “pedra de toque” da ação empresarial moderna (VALLE, 2007), ou seja, a filosofia de que o que mobiliza a empresa na adoção dessas inovações é a *valorização do ser humano*, introduzindo, em face disso, o espírito de cooperação entre trabalhador e empresa.

Deste modo, a responsabilidade da fabricação de tijolos nessa nova forma de gestão é colocada sobre o “colaborador”. Fluxogramas (Figura 5) e croquis

A terceira configuração de controle do trabalho diz respeito ao papel que a busca por ISOs¹³ adquirem nesse momento de transição produtiva. Trata-se de uma exigência global, que visa unificar e padronizar *comportamentos produtivos*. Quando uma empresa persegue a certificação dada pelo ISO, ela precisa cumprir algumas cláusulas estabelecidas em parâmetros internacionais de normas fabris (MACIEL; VALLE, 2010). Uma dessas cláusulas se refere ao processo em que as auditorias exigem que os trabalhadores demonstrem conhecimento sobre os procedimentos de diversas etapas da produção de determinado bem.

Destarte, a cerâmica na qual a pesquisa foi realizada tem como meta obter a certificação ISO 9000 e 14000 até o ano de 2013, sendo crucial a fixação de padrões de produção que possam garantir a aprovação na avaliação realizada por partes dos auditores que fazem visitas periódicas à olaria.

Logo, cada procedimento necessário para a integração entre qualidade e produtividade precisa estar articulado no processo de produção, constituindo-se, assim, numa forma de criar mecanismo de controle do trabalho, fixando metas a serem alcançadas a cada mês, avaliando os resultados da produção nas reuniões quinzenais, em face de uma visão sistemática e racional sobre os ganhos e perdas na produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi fazer uma breve discussão sobre a globalização e sua relação com os “espaços locais”. Entendemos, neste sentido, que o Polo Oleiro-Cerâmico de Iranduba constitui-se enquanto esse “espaço local”, um microespaço, mas que necessita ser compreendido à luz de uma tensão e uma simbiose com o macrosaço, qual seja, o processo civilizador do capitalismo em escala global. Por seu turno, o capitalismo mundial estabelece determinados “constrangimentos” sobre realidades distintas, imprimindo eixos de movimentação de forças locais, combinadas às forças globais. Podemos pensar, assim, que a reestruturação produtiva responde a esta última questão, ou seja, às forças de uma produção global. As olarias inscrevem-se na ordem da forças locais, sobre as quais o capitalismo tenta se movimentar.

Dito de outra forma, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se buscando romper as especificidades do *local*, tendo em vista a estruturação de uma nova totalidade histórico-social que possa reproduzir os ditames das forças

¹³ *International Organization for Standardization*. Os ISOs 9000 e 14000 se referem a certificações dadas às empresas que buscam cumprir normas de gestão da qualidade e legislação ambiental, respectivamente.

globais dominantes. Contudo, essas forças são dinamizadas de formas distintas, em distintos lugares dessa *infonia* mundial. Trata-se, portanto, de um movimento dialético entre *capital* e *arranjos* sociais específicos, nos quais se desenrolam certas práticas político-econômicas. Em outras palavras, uma contradição latente e ao mesmo tempo obscura que instiga à pesquisa sociológica.

Podemos dizer, neste sentido, que as inovações organizacionais, bem como a busca por certificações internacionais ISO 9000 e 14000, são frutos do processo de globalização de práticas de gestão e organização do trabalho em que se ancora a reestruturação produtiva. A própria pressão ambiental por parte dos órgãos governamentais em relação à queima de lenha nativa diz respeito à agenda internacional sobre as mudanças do clima. Interesses globais e interesses de um empresariado local entram, destarte, em cena. São estratégias quem visam estabelecer parâmetros produtivos globais em uma indústria local, com o discurso da valorização do trabalhador e de um “novo momento do Polo Oleiro-Cerâmico”.

Contudo, baseado nos dados levantados até o momento da pesquisa, pode-se dizer que a reestruturação produtiva que ocorre em Iranduba, combinadas à adoção de inovações tecnológicas vêm se mostrando uma forma de racionalizar a produção, tendo em vista o controle do trabalho.

Nas reuniões dos Círculos de Controle de Qualidade realizadas quinzenalmente, por exemplo, não são discutidas temáticas que envolvam diretamente o real interesse dos trabalhadores do setor oleiro, como jornada de trabalho, salários e condições de trabalho. Nesses *meetings* são tratados os problemas da empresa que dizem respeito à busca pela qualidade e produtividade. Não há espaço para a discussão em torno da questão da própria adoção das inovações tecnológicas, ou seja, se elas são uma estratégia de organização industrial que realmente precise ser ancorada às empresas do setor oleiro-cerâmico de Iranduba. O que há, na verdade, é um conflito entre *capital* e *trabalho*.

O que fica patente nas reuniões são as apresentações de resultados produtivos positivos alcançados por diversas empresas, como a Toyota, ao adotarem determinadas inovações organizacionais e de processo, tornando ausente, assim, o questionamento dos trabalhadores oleiros sobre o papel que essas estratégias organizacionais tiveram na desarticulação, por exemplo, dos sindicatos das fábricas do Polo Industrial de Manaus (VALLE, 2007).

Dentro do conflito capital-trabalho, o controle a produção assume, portanto, contornos pragmáticos, ou seja, a tentativa de organizar os trabalhadores em torno da empresa, não em torno de si mesmos. Por exemplo, o número de pessoas que podem participar das reuniões do Círculo de Controle de Qualidade é definido pela gerência, ou seja, uma decisão vertical, que visa horizontalizar

resoluções tomadas pelo próprio setor administrativo, embora o discurso seja de que “não existe hierarquia na empresa”. Ela, de fato, fica invisível, quando se olha a primeira vez para a organização produtiva oleira, contudo, torna-se patente quando analisamos os contornos das estratégias empresariais adotadas, uma vez as temáticas discutidas nas reuniões, a formulação de metas a serem alcançadas e os mecanismos de integração do trabalhador adotado pela olaria são direcionadas para a busca de produtividade e qualidade, em detrimento do interesse dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **A empresa oleiro-cerâmica do município de Iranduba**. Monografia. Manaus: UFAM/Faculdade de Estudos Sociais, 2004.
- ALVES, G. A. P. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. Campinas: [s.n.], 1998.
- ANICER-Associação Nacional da Indústria Cerâmica. **Curso: A implantação de controles para melhoria da qualidade de produto cerâmico**. Rio de Janeiro: ANICER, 2010.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; São Paulo: Paz e Terra, 1999. v 1.
- CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CATTANI, A. D. Processo de trabalho e novas tecnologias: orientação para pesquisa a e catálogo de obras. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- CHAVES, S W. Q. **Estudo de Mercado da Produção de tijolos no Município de Iranduba**. Monografia. Manaus: UFAM/Faculdade de Estudos Sociais, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10. reimp. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Do fordismo à acumulação flexível. São Paulo: Loyola, 1993.

- IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LIMA, J. C. (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MACIEL, C. F.; VALLE, M. I. de M. **As inovações tecnológicas no Pólo oleiro-cerâmico de Iranduba-Am: um estudo de caso**. Relatório Final. Manaus: UFAM/Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, 2010.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MICHALET, C.- A. **O que é a mundialização**. São Paulo: Loyola, 2003.
- OFFE, C. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.
- OLIVEIRA, S. S. B. de. **A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos**. Manaus: UFAM, 2007.
- ORTIZ, R. **Mundialização: saberes de crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Manual para a Indústria de Cerâmica Vermelha; redução dos desperdícios e maior eficiência no setor**. 2. ed. atual. aum. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2010. Fasc. 1.
- SERÁFICO, M. **Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus**. São Paulo: Annablume, 2011.
- SILVA, M. C. da. **Metamorfoses da Amazônia**. 1997. Tese (Doutorado) – Unicamp/IFCH/ Departamento de Ciências Sociais, São Paulo, 1997.
- TRINDADE, P. **Análise do desempenho da economia oleiro-cerâmica do município de Iranduba**. Monografia. Manaus: UFAM/Faculdade de Estudos Sociais, 1999.
- VALLE, I. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção *offshore* em Manaus**. Manaus: UFAM, 2007.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 2004.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Texto submetido à Revista em 14.01.2012
Aceito para publicação em 20.04.2012

